
GRANDES EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA
NO PORTUGAL DE HOJE

João de Deus Pinheiro

GRANDES EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA NO PORTUGAL DE HOJE (*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O PORTUGAL DE HOJE

A CONJUNTURA INTERNACIONAL (Numa perspectiva E-W)

— *A URSS e o Bloco Soviético*

— *Os EUA*

— *A Europa Ocidental*

OS GRANDES TEMAS DA POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA EM 1988

— *O Grande Desígnio*

— *Participação na NATO*

— *CEE*

— *Cooperação*

— *Espanha*

— *Os Organismos Multilaterais*

— *Comunidades Portuguesas*

— *Timor*

FECHO

(*) Comunicação do Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, efectuada no Porto, ao CDN/88, em 18 de Fevereiro de 1988.

INTRODUÇÃO

Cumpre-me, antes do mais, agradecer a oportunidade de poder reflectir em voz alta, e perante tão qualificada audiência, sobre alguns dos temas da nossa política externa.

Política externa que tem mantido ao longo dos tempos modernos uma consistência significativa no que respeita aos grandes eixos em que se fundamenta.

Política externa que por isso tem sido retratada de forma repetitiva nos diferentes Programas dos Governos Constitucionais e cujas raízes se podem mesmo vislumbrar em décadas antecedentes ou mesmo em séculos precedentes. Daí o consenso que merecem e a razão por que apresento esses eixos como grandes desígnios de Portugal. À sua leitura, no presente, me referirei mais adiante, envolvendo-se já numa óptica estratégica à luz do enquadramento internacional e dos dados intrinsecamente nacionais vigentes.

O PORTUGAL DE HOJE

Portugal vive hoje um ciclo novo na sua história política recente: — Terminado o Império, diluído que foi o turbilhão revolucionário, viu em Julho de 1987 ultrapassada a fase da instabilidade governativa, em que a sucessão de lideranças e a guerrilha político-partidária dominavam a cena política. Em suma, viu ultrapassada a fase em que os actores políticos permaneciam em cena tempo demasiadamente escasso para poderem introduzir modificações de fundo nas estruturas, nos modos de actuação e, «a fortiori», nas mentalidades.

Foi o tempo do êxito fugaz. Das grandes palavras e de poucas obras. O tempo do êxito pessoal em detrimento do colectivo e do institucional. Foi, enfim, o tempo de governos assumidos publicamente como federação de ministros e não como um órgão colectivo a governar para um todo nacional.

Hoje é o tempo da estabilidade e da eficácia. Da concretização das grandes mudanças para o desenvolvimento. É o tempo duma inflação a contar-se pelos dedos de uma mão e do crescimento do produto, do investimento e do poder de compra a precisarem de ambas as mãos para a contagem...

É o tempo das reformas estruturais, da educação à agricultura, da saúde à indústria, do trabalho à defesa, e, acima de tudo, de mentalidades.

E é também e muito especialmente o tempo de referir a eficácia ao êxito em matéria de política externa.

Política externa que terá de ser sempre o espelho da política interna e nela se fundamentar, mas que deverá em todas as circunstâncias pautar-se pela preocupação de cumprir os grandes desígnios nacionais, gerar consensos tão alargados quanto possível, de ser uniforme e globalizada para que na frente externa se tenha uma só voz.

É, portanto, na base de um Portugal renovado, reencontrado consigo próprio, cioso da sua história e da sua cultura, defensor da democracia e liberdade, unido perante o exterior, em fase de desenvolvimento acelerado — económico e social — que hoje temos de raciocinar.

E, sejamos objectivos: — o horizonte real da estabilidade estende-se por largos anos, pelo que importa delinear estratégias não principalmente para o curto mas para o médio e longo prazos, inventariar não apenas o potencial visível mas fazer apelo aos potenciais latentes, acreditar não apenas nos portugueses de hoje mas apostar nos que ainda designamos por «homens de amanhã».

É também o tempo de eliminarmos definitivamente fantasmas e complexos que no passado recente nos diminuíram na cena internacional. De acabar com miserabilismos estéreis, de acreditar que somos tão capazes quanto outros. De acabar com esta auto-castração do nosso querer e do nosso poder.

Já uma vez o disse e hoje repito — a nossa história e a nossa cultura fazem dos portugueses um ponto de referência crucial da história mundial. Assumamos essa condição quase aristocrática! Deixemos de andar de cabeça baixa a pedir desculpa de termos sido uma potência colonial, de não termos sido sempre uma democracia, de não sermos os mais ricos do mundo.

Somos dos mais pobres de um clube de ricos que é a CEE, mas... fazemos parte desse clube.

E mais: hoje sabemos o que queremos e que depende de nós, e só de nós, deixarmos de vez a lanterna vermelha da Comunidade.

Nunca, em termos históricos, houve lugar ao terceiro mundismo em Portugal e tudo indica que jamais haverá, pois as portas do Primeiro Mundo começam a entreabrir-se.

É este o Portugal novo que pode AGIR e não apenas REAGIR, que é respeitado internacionalmente, que vai na senda do desenvolvimento, que importa ter em conta no projecto do nosso envolvimento externo.

A CONJUNTURA INTERNACIONAL (Numa Perspectiva E-W)

A URSS e o Bloco Soviético

Bastaria uma leitura apressada das revistas de política internacional dos últimos dois anos para verificar que o advento de Gorbachev na liderança do Bloco Leste e as suas propostas de Perestroika vieram obrigar a todo um repensar das posturas relativas face ao Bloco Leste.

Até ao momento, a PERESTROIKA caracteriza-se fundamentalmente por uma excepcional campanha de imagem de um novo líder junto do OCIDENTE, ajudado pelo lançamento do seu livro com aquele título (e que mais parece obra de um dissidente do regime...).

A par desta imagem distendida têm sido ventilados alguns indícios de cedência soviética relativamente a outros conflitos regionais — casos do Afeganistão e Angola —, sem que contudo se possa pôr em evidência qualquer efectiva modificação na política de expansão e intervenção da URSS.

Houve, é certo, o acordo americano-soviético sobre os mísseis de alcance intermédio — INF — mas importará ter presente que tal acordo — proposto pela NATO em 1979 — não conflitua com os reais interesses soviéticos.

Com efeito, não obstante os significativos progressos no campo das indústrias de defesa e de espaço, a URSS e seus aliados são hoje sociedades em resvalamento para a obsolescência. Num mundo em que a inovação e a criatividade são cada vez mais a chave do desenvolvimento e do progresso, confronta-se — a URSS (e o Bloco Leste) — com uma sociedade rigidificada, burocratizada, cinzenta.

A Perestroika não é uma opção. É a única acção dos Soviéticos para se poderem manter como uma potência mundial, opção aliás assumida, já há alguns anos, por esse outro colosso que é a China.

O desafio é de tal ordem que não é possível ao Bloco Leste assumi-lo sem reduzir substancialmente o esforço em armamento e sem recorrer a capacidades de financiamento e gestão do Ocidente e em particular da Europa Ocidental.

É essa prioridade europeia da União Soviética que me parece não ter sido ainda plenamente entendida e muito menos analisada nas suas implicações futuras.

Ter-se-á compreendido no Ocidente que uma das principais armas políticas — senão a principal — é a sua opinião pública?

Ter-se-á entendido que o esforço de «marketing» da imagem de Gorbachev tem precisamente isso em consideração?

Ter-se-á antecipado que ao apelo de Gorbachev ao neutralismo nórdico se seguirá inevitavelmente apelo semelhante ao Mediterrâneo e mais tarde aos chamados países continentais?

E ter-se-á compreendido que a União Soviética dispõe de um «ás de trunfo» para poder dividir e obrigar o Ocidente e que se chama «reunificação da Alemanha», objectivo que está expresso na Constituição da RFA e manifesto na sua população (ora reavivado pelo fluxo de 1/3 da população do Leste à RFA em cada ano...)?

Ter-se-á constatado que a inclusão das temáticas do pleno emprego, da plena habitação, da plena saúde se destinam a desviar a temática dos direitos humanos de questões como liberdade de expressão, liberdade de circulação, da liberdade, em suma?

São de facto os direitos humanos, tal como os aceitamos e os define a Declaração Universal dos Direitos do Homem e convenções decorrentes, a grande «pedra de toque» da Perestroika soviética, e é nesse ponto que os progressos são extremamente escassos.

Nessa óptica a posição do Ocidente não pode, no nosso entender, ser outra senão a de clara reserva, aguardando confirmação do que até agora não ultrapassou muito as boas declarações...

Portugal tem com os países do Leste, hoje (repito hoje), relações Estado a Estado, baseadas em interesses globais divergentes mas assentes no pragmatismo e na cooperação em áreas de interesse e benefício comum, numa perspectiva de manutenção e aprofundamento do diálogo com todos os povos do Mundo, sem interferências no plano interno de cada um.

Nesse aspecto não posso deixar de reconhecer a mudança qualitativa da atitude da URSS ao assumir uma relação Estado a Estado com Portugal (à semelhança do que já ocorria com os nossos parceiros da CEE) na sequência do encontro que tive em Setembro de 1987, em Nova Iorque, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Schevornadze, e dos encontros havidos

com o Presidente Gromiko e o Secretário-Geral Gorbachev durante a visita do Presidente da República à União Soviética em Dezembro passado.

Abriram-se assim novas possibilidades para um relacionamento mais profundo nos planos político, económico e até cultural, porque despido das ambiguidades do passado.

Os EUA

Como charneira de toda a estratégia do Ocidente e como a nação mais poderosa do Mundo, ter-se-á que ter sempre em atenção o modo de estar e de pensar em dominância nos EUA.

Tendo ocorrido duas vezes em defesa de uma Europa ameaçada por hegemonismos não democráticos, tendo ajudado à reconstrução da Europa através dum imaginativo Plano Marshal, tendo sido o grande impulsor — pela importação — do desenvolvimento do Japão e mais recentemente de outros novos países industrializados do Pacífico, os EUA foram erigidos à função de «rich & powerfull brother» de todo o Mundo Ocidental.

Porém, as grandes cedências e porventura o excesso de liberalismo da economia americana, especialmente na zona do Pacífico, e como via para aumentar a sua influência em detrimento do Bloco Leste ou da China, induziram situações intestinas que tiveram repercussão no bem-estar dos seus cidadãos.

O défice comercial e o próprio défice orçamental esboçaram descontentamento e preocupação e induziram a curto prazo não só uma significativa desvalorização do dólar mas também o chamado «crash» bolsista de profundo impacte na confiança dos agentes económicos e na opinião pública americana.

Não surpreende, assim, que ao aproximar-se um período eleitoral sem candidatos óbvios (a corrida está aberta a mais de meia-dúzia...) se hajam reacendido tensões e tenham ganho espaço os analistas e decisores que reclamavam de há algum tempo maior protecção, maior isolacionismo, maior nacionalismo.

Reavivou-se a questão do «burden sharing» com os aliados europeus e asiáticos (e em especial no quadro da NATO), reforçou-se o conteúdo nacional do SDI e o termo «decoupling» apareceu com mais incidência em discussões no âmbito da NATO.

Simultaneamente assistiu-se à erosão do poder da Administração «vis à vis» ao Congresso, consequência da situação eleitoral corrente e que corresponde teoricamente a uma menor capacidade de afirmação dos EUA como padrão do Ocidente.

Tendo consciência do que se acaba de dizer, é contudo curial que se não atribua excessiva importância às aparentes fraquezas dos EUA na medida em que dispõem, de facto, do controlo de todas as variáveis que podem inverter o processo.

Mais: importa não esquecer que em todas as circunstâncias a defesa e a economia norte-americana têm na Europa um pilar indispensável, quer ao seu bem-estar quer à sua segurança, já que seria inevitável um concerto europeu — com hegemonia da URSS — a partir do momento em que os EUA se retirassem.

Trata-se, obviamente, de um quadro teórico de tal modo afastado da realidade que se não conhecem estudos estratégicos credíveis que o perfilhem. Isto é, trata-se de algo que os EUA têm recusado liminarmente.

Nesta óptica compreende-se a preocupação norte-americana em manter e actualizar a Aliança Atlântica, procurando adaptá-la progressivamente aos seus novos interesses.

Do ponto de vista europeu a evolução das posições norte-americanas vão causando alguma preocupação no pós-INF e no antecordo «armas químicas» e «armas convencionais». É neste espírito que se enjeita e se rejeita a hipótese de total desnuclearização da Europa: os Europeus sabem, por experiência própria, que só conseguiram uma paz de 43 anos pela dissuasão nuclear. Sabem também das suas vulnerabilidades no convencional puro, e ainda que este é bem mais caro que o nuclear.

Defende-se assim a manutenção da doutrina estratégica da NATO da resposta flexível e, por conseguinte, dos meios nucleares de retaliação que sejam suficientes para conservar o efeito dissuasor e se insiram num leque de opções de resposta que assegure um grau adequado de imprevisibilidade e de risco para o adversário.

Contrariando a ideia do «decoupling» entre os pilares europeu e americano é curial a manutenção das forças americanas convencionais na Europa pelo papel psicológico e de dissuasão que desempenham.

Mais controversa é a teoria sustentada por alguns para operações «out of area» no âmbito da NATO, carecendo de aprofundamento o pensamento

estratégico neste sentido pelas consequências profundas que acarreta para o espírito e funcionamento da Aliança.

Aspecto igualmente relevante no contexto europeu tem sido a recente revitalização da UEO assumida em HAIA, no decurso de 1987, e que denota condições para vir a constituir não só um «forum» privilegiado para a discussão da segurança europeia, mas também como via complementar de reforço do pilar europeu da NATO, constituindo-se em gérmen a activar consoante as exigências o impuserem.

Entendem-se assim os recentes desenvolvimentos bem como a política de namoro sem consumação que vem sendo seguida quanto ao alargamento a Portugal e Espanha, sugerindo a persistência de teses antigas de que a defesa da Europa Central se faz para lá dos Pirenéus ou não se faz.

Esta linha de pensamento convencional tem entretanto vindo a evoluir pelas novas capacidades e mobilidades dos meios de ataque, defesa e controlo, não sendo de excluir a hipótese de, a relativamente curto prazo, se proceder ao alargamento, especialmente no caso de Portugal cuja plena integração na estrutura militar da NATO lhe proporciona uma boa creditação.

Recorde-se que Portugal se dispôs a entrar em 1984, não tendo denunciado essa vontade desde então. Nesta medida caberá à UEO formalizar (ou não) o convite de adesão, que Portugal ponderará.

A Europa Ocidental

A construção de uma União Europeia fundada nos princípios da democracia pluralista, no respeito pelos direitos dos cidadãos, a chamada uma Europa de Pátrias, tem vindo a ganhar corpo e espaço desde a assinatura do Tratado de Roma.

O alargamento a Portugal e Espanha (e já anteriormente a inclusão da Grécia) constituiu um passo qualitativo fundamental na ultrapassagem dos conceitos pura ou predominantemente económicos das Comunidades. Mas trouxeram-lhe também, para além de uma cultura rica e multissecular, um novo relacionamento com espaços extra-europeus (por onde Portugal e Espanha andaram durante séculos) e designadamente com a África e América Latina.

Mais recentemente a aprovação do Acto Único Europeu constituiu um passo crucial na construção europeia. Aí se traçam os objectivos a atingir no

horizonte próximo pela Comunidade: o estabelecimento do grande Mercado Único Europeu e o reforço da coesão económica e social do espaço comunitário, implicando uma atenção acrescida e a dotação de correspondentes meios às regiões mais pobres e mais atrasadas. Aí se estabelecem ainda as orientações para a Europa dos cidadãos, uma Europa solidária e interactiva buscando na diversidade fonte de avanço e de afirmação.

A própria cooperação política europeia tem vindo crescentemente a afirmar-se, gerando consensos importantes quanto ao posicionamento comunitário face às grandes questões internacionais.

A emergência ou reemergência da Europa das Comunidades é um facto indesmentível e que vem, nos últimos 15 anos, contrariando as perspectivas sombrias outrora delineadas.

E mais do que em estatísticas económicas, esta vitalidade europeia vem irrecusavelmente demonstrada na recentíssima aprovação do Pacote Delors, isto é, do conjunto de reformas comunitárias que permitirão concretizar os objectivos do Acto Único Europeu:

- Contenção relativa da despesa agrícola;
- Aproximação da produção ao mercado;
- Reforço da acção estrutural nas regiões mais desfavorecidas;
- Aproximação do sistema de financiamento à base proporcional e prosperidade relativa;
- Reforço da I&D e das políticas de contexto comunitário no ambiente, transportes, comunicações, comércio.

Trata-se de reformas e reorientações profundas que, em conjunto com as directivas para o Mercado Único, se estima venham a permitir um ganho de 5 por cento no PNB comunitário quando plenamente implementadas e a recuperação das regiões mais atrasadas do espaço comunitário.

A este tema me referirei de novo, no caso português, mais adiante.

OS GRANDES TEMAS DA POLÍTICA PORTUGUESA EM 1988

O Grande Desígnio

Ao longo da sua história, velha de 8 séculos, Portugal esteve sempre virado para o mar, tendo a epopeia marítima de 500 constituído o seu ponto mais notável — ainda hoje difícil de avaliar em toda a sua extensão.

Mar que com Espanha constituiu a nossa fronteira e que nos obrigou a enfrentá-lo face à dificuldade manifesta em, pela dimensão e demografia, nos expandirmos para o Continente.

Mar em que deixámos de dominar mas através do qual e pelo qual mantivemos sempre uma aliança privilegiada com a potência marítima dominante: primeiro a Inglaterra, depois os EUA.

Mar Atlântico que, através da História e até aos dias de hoje, nos ajudou a vincar uma identidade própria e uma autonomia não confundível nem integrável em qualquer outra.

Mar que nos trouxe um espírito e uma cultura universalistas que se confundem com uma diáspora inevitável e enriquecedora.

Mar que fez de Portugal uma nação «sui generis» claramente EURO-ATLÂNTICA, ponto de cruzamento de povos e culturas do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste.

Portugal Euro-Atlântico, eis o desígnio a prosseguir!

Participação na NATO

A participação de Portugal na Aliança Atlântica inscreve-se ou justifica-se por objectivos diversos e concorrentes: antes do mais a defesa própria perante uma ameaça — o Bloco Leste —, ameaça perante a qual e fora do quadro NATO estaríamos fragilizados. Depois, no espírito de solidariedade ocidental em defesa da manutenção de um modelo societal e de valores que entendemos preservar e ajudar a desenvolver.

Em terceiro lugar porque o espírito da Aliança tem em si mesmo o conteúdo atlântico que se casa bem com o nosso desígnio euro-atlântico.

Finalmente, porque a nossa participação na NATO distinguiu a nossa postura e importância estratégica da postura e importância da vizinha Espanha.

O Portugal estratégico, isto é, o triângulo Continente-Açores-Madeira, constitui a um tempo a guarda avançada da defesa norte-americana no Atlântico e doutra parte a plataforma mais importante para o reforço do pilar europeu da NATO.

Portugal afirma-se nesse contexto como verdadeiro elo entre os pilares americano e europeu, com uma importância estratégica tanto maior quanto mais importantes se tornarem os meios não nucleares de defesa e segurança.

Na Aliança, Portugal demonstrou no passado a sua relevância estratégica e a sua inserção no contexto ocidental como eixo primário e fundamental na estratégia global da defesa ocidental.

Nesta perspectiva pode dizer-se que pela sua posição geoestratégica Portugal está condenado a ter relações privilegiadas com os EUA, isto é, a ter uma relação atlântica permanente. Mas, por outro lado, a sua condição europeia obriga-o a co-participar no reforço dos meios de segurança e defesa da Europa.

Sejam quais forem as circunstâncias interpilares, o certo é que Portugal — como aliás a Inglaterra — está obrigado a fazer de ponte de ligação entre interesses americanos e europeus.

Não surpreende, assim, que Portugal e os EUA olhem para os seus acordos de defesa com um espírito positivo, que desejem uma actualização dos mesmos perante as novas realidades da segurança da defesa e dos interesses comuns, políticos, económicos e sociais.

Compreende-se, também, que se não devam dramatizar as previsíveis negociações luso-americanas, já que os interesses e perspectivas comuns ultrapassam de longe eventuais dificuldades conjunturais.

O que nenhum acordo pode conter em si mesmo — como aliás nenhuma relação entre Estados — é o gérmen da ambiguidade, o vírus do desentendimento ou a ausência de interesses recíprocos.

O que todo o acordo deve ter são, outrossim, mecanismos de aprofundamento, de benefício mútuo, de aceitabilidade, e sempre mais vantagens que inconvenientes.

Portugal sabe claramente o que pretende e estou certo que veremos as nossas justas pretensões satisfeitas na perspectiva do país do Primeiro Mundo que vamos ser.

Os portugueses conhecem a nossa determinação e a nossa clareza. A elas continuaremos a recorrer!

Mas a nossa participação na Aliança Atlântica não pode ser essencialmente passiva ou estática, pelo que se impõe empreender os melhores esforços no sentido de dotar as nossas Forças Armadas de equipamento moderno, de acordo com os planos em curso, e adaptar as nossas indústrias de defesa às novas realidades. Também neste campo o Governo vem trabalhando tendo como exclusiva referência o interesse nacional.

Não se espere, contudo, que o Orçamento do Estado possa ter saltos significativos. Portugal é dos países europeus com maiores percentagens do seu PNB dedicados à defesa. Tal significa que importará racionalizar e modernizar como primeira prioridade.

Importará ainda referir — porventura a propósito — os novos condicionamentos derivados da inserção da Espanha na NATO e a sua eventual ligação autónoma às estruturas militares.

Antes do mais importará ter presente que do ponto de vista NATO é vantajosa a comparticipação espanhola. Tal, porém, haverá que ser conseguido sem beliscar os interesses de Portugal, até porque no passado já se demonstrou que é possível ter uma estratégia defensiva do flanco sul da Europa e da costa Leste dos EUA com base — apenas — no triângulo estratégico português.

Seria impensável admitir que a Espanha, que durante muito tempo ocupou no pensamento estratégico português o lugar de «inimigo mais plausível», passasse a ocupar o lugar de «protector mais plausível».

Refiro, aliás, que contrariamente ao noticiado, não foi aprovada no seio da NATO a proposta espanhola de articulação militar. Não só esta se revelou demasiado genérica como, além disso, suscitou, nos termos em que foi apresentada, reservas de fundo a diversos países, entre os quais Portugal, EUA e Inglaterra (mas não só).

CEE

As Comunidades Europeias têm aparecido aos nossos olhos como uma instituição marcadamente económica. Já anteriormente se referiu não ser inteiramente correcta esta asserção, pois que subjacente à ideia da CEE está um sistema de valores e uma organização de sociedade em que os Direitos do Homem e, em primazia, os seu direitos civis e políticos, são condição «sine qua non». Daí a importância da democracia parlamentar, daí a imprescindibilidade da NATO como garante, como vigilante, perante expansionismos totalitários. Daí, finalmente, a lógica irrecusável da nossa participação simultânea na NATO e CEE, como antes fora na EFTA.

A nossa adesão constituiu um marco histórico que selou a nossa democracia e nos proporcionou a hipótese de um salto qualitativo importante: a passagem do Segundo ao Primeiro Mundo, talvez já no virar do século.

O nosso atraso é sensível. Bastará dizer que o nosso PNB é inferior a metade da média europeia, que temos mais de 20 por cento da população no sector primário e com produtividades de cerca de 1/3 da média da CEE, e que apenas agora começam a emergir novos grupos empresariais de dimensão grande para o País mas na média baixa da Europa.

Contudo, temos virtualidades. A primeira é saber que não há alternativa credível à CEE. A segunda é a nossa qualidade e a nossa capacidade bem traduzida em três exemplos únicos:

- Uma revolução quase total, sem sangue e com custos sociais mínimos.
- Uma absorção súbita de quase 1 milhão de portugueses oriundos das ex-colónias, sem convulsões sociais.
- Uma adesão que nos primeiros dois anos mostrou que Portugal pode aspirar ao Progresso, tendo excedido *todas* as perspectivas, mesmo as mais optimistas.

Poderia continuar-se — felizmente — o rol das nossas virtualidades, da qualidade do Homem português — que é real —, mas bastará dizer que hoje em Portugal, mas também nas instituições europeias, se acredita que Portugal pode e sabe aproveitar as oportunidades que a CEE lhe oferece.

Prova disso é o resultado notável conseguido por Portugal na recente Cimeira de Bruxelas em que foram aprovadas as Reformas Delors.

E se para aquele resultado foi decisivo o conhecimento dos «dossiers» e a capacidade do Chefe do Governo que liderou a delegação portuguesa, não menos curial foi a capacidade e o esforço que foi desenvolvido no âmbito da Secretaria de Estado e da Representação Permanente de Portugal junto da CEE que durante um ano foram preparando e negociando os diferentes aspectos das reformas.

O fluxo financeiro a crescer em cada ano deverá exceder os 100 milhões de contos, sendo ainda de sublinhar que Portugal viu consagradas as suas teses quanto à especificidade da sua agricultura, da sua indústria, com a consequente aprovação de regimes de apoios especiais, como viu também ratificada a duplicação da ajuda comunitária a Portugal no plano das infra-estruturas e do desenvolvimeto social.

Em suma, e para não repetir informação aprofundada e há dias divulgada pelo Primeiro-Ministro, direi que se jogava em seis tabuleiros e em todos se pode afirmar que Portugal triunfou.

O desafio é agora na frente interna onde temos de nos organizar para aproveitarmos com eficácia estes novos e importantes instrumentos.

Não posso deixar de sublinhar — correndo embora o risco da imodéstia — que a Cimeira de Bruxelas constitui uma extraordinária vitória da política externa portuguesa, quiçá a mais importante e mais decisiva para o futuro das próximas gerações e do próprio País.

(Tenho alguma curiosidade em ver onde pairam alguns críticos fáceis do Governo nestas áreas...

E os miserabilistas? Onde estarão?

Já vai sendo tempo de dizer que o miserabilismo nacional é próprio do Terceiro Mundo, raro no Segundo e ridículo no Primeiro. Importa saber crescer!)

Cooperação

O lado atlântico da nossa História tem outras repercussões contemporâneas, mormente na África Subsariana onde, terminado o Império e ultrapassadas as friezas naturais da separação, se vão soerguendo pilares perenes de um edifício cultural, linguístico, económico e humano que se delinea, no futuro, como uma entidade nova na cena internacional, ao lado da Commonwealth e da Francofonia.

Em qualquer circunstância Portugal seria sempre um parceiro singular para cada um dos países africanos de língua portuguesa, tal como é para o Brasil. Mas um Portugal membro da CEE e da NATO é certamente um parceiro mais apetecido, mais proveitoso e até mais respeitado.

E importa reconhecer que essa sua ligação especial a África e ao Brasil lhe confere no concerto europeu e mundial uma audiência acrescida.

Urge, porém, clarificar algumas das coordenadas da nova política de cooperação, eliminando desde logo os fantasmas e complexos que alguns insistem em fazer existir.

A cooperação tem também ela que funcionar sem ambiguidade, sem promessas vãs, com objectivos concretos.

A cooperação faz-se nos dois sentidos conquanto se possa admitir que, circunstancialmente, possa haver desequilíbrios nos montantes financeiros que fluem em cada direcção. Mas as contrapartidas deverão existir sempre. Não há relação duradoura se não for equilibrada!

A cooperação deve, por outro lado, ser racionalizada, atendendo às prioridades e capacidades de cada parte.

Portugal tem especial responsabilidade no que respeita à língua, à cultura e a todo o tipo de educação e formação, à saúde e à potenciação da ajuda multilateral nos «fora» em que está integrado (CEE, CE, ONU e suas agências especializadas). Aí não há substituto possível, quer pela questão linguística quer pelo conhecimento não desprezável que Portugal tem dos problemas daqueles países.

Importa reter a ideia de que muito embora se fale genericamente em PALOP's, a cooperação tem de ser, e é, completamente diferenciada em cada caso, já que cada país tem especificidades tão claras que seria um erro clamoroso pensar que as realidades se repetem.

Portugal tem responsabilidades e interesses em África que constituem um eixo fundamental da sua política externa, devendo procurar maximizar as condições de cooperação e de actuação na cena internacional que promovam a paz e o desenvolvimento daqueles países.

Angola e Moçambique vivem situações de guerra, conquanto bem distintas. De comum apenas o facto de ser a guerra condição importante de sacrifício e pobreza e de extravasar a vontade exclusiva dos nacionais.

Em qualquer destes países o estado de guerra ou de guerrilha prolonga-se há mais de 20 anos impedindo gerações de se encontrarem na construção e desenvolvimento das suas terras.

A internacionalização do conflito em Angola, com a presença de tropas estrangeiras no seu território, não pode deixar de ser analisada e contrariada à luz de conflitos regionais no contexto E-W e da política de «apartheid» da RAS.

Importa prosseguir os esforços pela paz e progresso de Angola, e apoiar os esforços de reabilitação económica, e conseqüente adesão ao FMI e BM, pretendidas pelas autoridades angolanas e claramente enquadráveis no espírito societal que desejamos para qualquer país do Mundo.

O Governo Português relaciona-se em exclusivo com o Governo de Luanda e rejeita qualquer interferência no conflito interno de Angola. Mas estará sempre disponível para contribuir para a Paz e o Desenvolvimento da Região.

O mesmo se passa no plano teórico com Moçambique, onde aliás a ilegitimidade da guerrilha se reflecte na directa dependência do apoio sul-africano e no seu comportamento.

Também a cooperação militar no domínio da formação, organização, logística e administração tem vindo a ser contemplada, esperando-se a curto prazo desenvolvimentos significativos neste domínio.

A política de cooperação é hoje, nesta óptica, uma política nacional que envolve todos os sectores de actividades. Mas — «et pour cause» — importa enquadrá-la e maximizar os seus benefícios, sejam eles económicos, sociais ou políticos. Isso mesmo foi entendido pelo Governo ao aprovar a globalização desta política e a sua coordenação no MNE, quer no plano interno quer na conjugação de interesses em agências multilaterais.

Neste espírito decidiu o Governo promover a fusão da Direcção-Geral da Cooperação e Instituto da Cooperação Económica num único Instituto de Cooperação dotado de maior operacionalidade e de meios acrescidos e que potenciará e apoiará as diferentes iniciativas sectoriais públicas e privadas no âmbito da cooperação.

Refira-se, aliás, na sequência das visitas dos Presidentes Eduardo dos Santos e Pinto da Costa, e dos Primeiros-Ministros Mário Machungo e Pedro Pires, além de múltiplos encontros de trabalho entre membros do Governo de Portugal e dos PALOP's, que a cooperação entre Portugal e cada um daqueles países assume hoje uma situação incomparável, para melhor, com qualquer outra anterior.

Uma vez mais aqui se prefere a eficácia ao êxito, até porque se entende a cooperação como uma política perene e, por isso, de longo prazo.

(Não será este exactamente o caminho — o único caminho — correcto numa óptica de cooperação, isto é, melhorar sempre, aprofundar, enraizar, em suma, «Hoje melhor que Ontem»?)

Não se confunda a referência a uma cooperação eficaz com qualquer cedência ou dádiva acrescida de Portugal sem contrapartida. Como disse, tal seria a cedência ao êxito em detrimento da eficácia e do aprofundamento. Também na cooperação entre Estados amigos há que defender com firmeza o interesse nacional na busca de interesses e benefícios comuns.

Ajudar Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe a tornarem-se outros Brasis eis um desiderato grande e perene!

No que ao Brasil respeita importa passar das palavras aos actos na cooperação política, económica e cultural assim que os nossos irmãos brasileiros conseguirem ultrapassar a face política actual, tão decisiva para a consolidação da sua democracia. Entretanto Portugal tem, a vários níveis e diferentes instâncias, vindo a sustentar as teses brasileiras no que respeita à necessidade de se encontrarem fórmulas imaginativas para o problema da sua dívida externa. De outro modo, pode perigar a jovem democracia brasileira.

Situação semelhante ocorre noutros grandes e pequenos países da América Latina, incluindo o México, a Argentina e a Venezuela, pondo em causa já não apenas este ou aquele país mas todo um subcontinente.

Portugal vem apoiando o grupo do Rio, não só por razões objectivas e do seu ancestral relacionamento histórico, mas também pela expressa solicitação que nesse sentido lhe foi feita pelos oito países em questão.

Assim, após a abordagem desta temática ao nível da CEE na CPE, espera-se que o próximo encontro de Hamburgo entre os 12 e os 8 possa permitir avanço concreto neste campo.

A América Latina constitui, aliás, uma das regiões que menor atenção tem suscitado do lado português nos últimos anos, não obstante os laços profundos com diversos países para além do Brasil e do reiterado desejo daqueles se aproximarem de Portugal e com este aprofundarem o diálogo e a cooperação. Por aí prosseguiremos, certos de que nessa região de futuro Portugal pode ter um papel activo a desempenhar.

Nesta mesma linha se inscreve a deliberação do Governo de revitalizar as nossas relações e ligações com os países do Magreb e da Assotiation South-East Asian Nations (ASEAN).

No primeiro caso convém relevar o caso de Marrocos ao qual nos ligam seculares laços de interacção e que constitui o nosso mais próximo vizinho depois de Espanha.

Certo é que este aprofundamento de relações já se iniciou, esperando-se poder, a curto prazo, dar um salto qualitativo no intercâmbio e cooperação, particularmente nos campos do comércio, pescas, turismo, cultura e mesmo «joint-ventures» industriais.

Importa igualmente dar alento às relações comparativamente ténues com os outros países do Magreb, designadamente a Argélia e a Tunísia, cujo posicionamento entre a Europa sulista e a Africa Subsariana não pode deixar de fazer vincar afinidades com a cultura e os designios de Portugal.

Partindo desta vantagem comparativa (relativamente a outros) que será o respeito pela nossa história por parte de países com quem fomos interagindo ao longo dos séculos, situa-se a relação de Portugal com os países asiáticos, designadamente a China e os Novos Países Industrializados (NPI), particularmente as Filipinas, a Malásia e a Índia.

No que à China concerne, existem excelentes condições na sequência do acordo sobre Macau para que as relações económicas e culturais possam conhecer um desenvolvimento significativo.

É nessa óptica que o Governo português vem apoiando e incentivando os contactos entre o nosso tecido empresarial e as autoridades chinesas, em particular na província de Cantão, que se revelam francamente encorajadores.

Macau representa um pólo de desenvolvimento para a própria China, um entreposto de encontro entre a Europa e a Ásia que importa potenciar com celeridade e enquanto a administração é portuguesa.

Nesse sentido se inscreverá a minha próxima visita oficial à República Popular da China, bem como a alguns países vizinhos.

Destes convirá reter, pela presença ancestral de Portugal (e pelo respeito que ela induziu), a ligação à Tailândia, às Filipinas, Malásia e Coreia do Sul.

É entendimento do Governo que se trata de uma zona fundamental na economia mundial, justificando-se uma abertura de representação diplomática e comercial para intervenção e apoio aos exportadores portugueses para aquela região.

Com uma presença secular e profunda na Índia e noutros países limítrofes, importa retroceder no processo de apagamento que tem caracterizado as últimas décadas das relações luso-indianas.

Trata-se, em primeiro lugar, de recolocar na sua perspectiva correcta as intensas relações culturais geradas, o património comum, parte dele resultante de uma simbiose única hoje conhecida por indo-portuguesa.

A Índia é um grande país, com clara e inequívoca influência não só na Ásia como no próprio contexto mundial. Uma vez mais importa potenciar o nosso valor acrescentado legado pela história.

Refiro, por último, o Japão, hoje uma das potências económicas mundiais e onde os traços da presença e influência portuguesas são ainda visíveis e respeitados.

Conhecendo-se as características nipónicas, é fácil concluir que Portugal dispõe de uma vantagem comparativa que precisa ser potenciada.

Nesse espírito entendeu o Governo dever a nossa representação em Tóquio ser «up-graded», de modo a transformá-la num posto de primeira linha com apoios nos domínios comercial, industrial, financeiro e cultural, de forma a prospectarem-se oportunidades.

Espanha

Na nossa História e, por isso, no nosso imaginário, o confronto com a Espanha é uma constante repetida (excepção feita, porventura, à Batalha do Salado...). Mesmo em período mais recente, em que Salazar e Franco personificaram regimes parelhos no autoritarismo e na pouca simpatia pela democracia, Portugal e Espanha olharam-se de través sem que a coesão se manifestasse ou a empatia prevalecesse.

Com a Espanha na NATO e na CEE a situação mudou radicalmente, já que passaram a haver zonas de interesse comum no plano multilateral que justificam uma coabitação diferente.

Repetidos encontros ministeriais e, principalmente, cimeiras de chefes de Governo de Portugal e Espanha vieram, finalmente, permitir um relacionamento normal entre vizinhos com extensa fronteira e, agora, interesses comuns e ultrapassar preconceitos menos justificados no quadro presente.

Procurou-se criar um clima aberto, sem ambiguidades, o que não significa nem sujeições, nem cedências, mas antes a vontade recíproca de analisar sem rodeios os problemas existentes e de fazer vingar também na Península as ideias força adoptadas na esfera comunitária.

Existe, naturalmente, consciência da diferença de poderes entre uma Espanha justamente classificada no grupo das médias potências e Portugal, país mais pequeno e com menor desenvolvimento. Mas existe também a plena consciência da clara diferença de individualidade dos dois Estados, da própria diferença dos seus objectivos perenes, do carácter mais continental e mediterrâneo de Espanha face à tendência atlântica de Portugal.

Também se reconheceu que a solidariedade comunitária (mesmo na ausência da ibérica) exigia a facilitação máxima da ligação de Portugal à

Europa, a co-participação no desenvolvimento de Portugal e o reconhecimento do papel singular e distinto que Portugal e Espanha tiveram e têm no mundo.

E foram significativos os avanços nos últimos seis meses no relacionamento com Portugal-Espanha. Recordo alguns exemplos:

- Apoio às especificidades portuguesas na cimeira da CEE;
- Revogação da decisão de instalar o laboratório ou cemitério nuclear em Aldeadávila pelo impacte negativo na bacia do Douro;
- Aceitação dos eixos ferroviários e rodoviários definidos como prioritários por Portugal (e que não o eram por Espanha);
- A liberalização do comércio dos têxteis como via para minorar o desequilíbrio da Balança Comercial entre os dois países (mais 20 a 50 milhões de contos de exportação portuguesa);
- A autorização para abertura de um banco português em Espanha.

Atendendo à importância destas decisões para Portugal crê-se ser o balanço fortemente positivo, e não posso deixar de me questionar sobre onde estaríamos hoje no caso de se haver seguido a tese de alguns políticos que não iriam a Espanha após a tomada de posse como se isso fosse algum símbolo de perda de soberania. Provavelmente estaríamos bramando na TV contra Aldeadávila, impondo barreiras artificiais ao fluxo comercial no que toca a importações espanholas, aliás maioritariamente de instituição, e não tendo outras vias de comunicação para a Europa que não fossem via Madrid...

Uma vez mais o que conta é a eficácia e não fantasmas passadistas enroupados de nacionalismos ridículos.

Não é nem com palavras nem pela inércia que Portugal se cumpre!

Os Organismos Multilaterais

Portugal tem — como se sabe — interesses e até vantagens comparativas importantes em várias partes do Mundo decorrentes da sua presença histórica e mesmo de Comunidades Portuguesas residentes.

Porém, tem recursos limitados que lhe não permitem uma assistência tão grande quanto desejaria no plano quantitativo.

Assim sendo, há que busear fontes de apoio e tipos de apoio complementares, destacando-se desde logo aqueles que podem decorrer de planos e programas gizados ou gizáveis em organismos multilaterais. Nestes, o factor língua e conhecimento do terreno, o facto de já sermos país cooperante, podem permitir a catálise da cooperação, especialmente em África.

Refiro concretamente o Sistema das Nações Unidas, as Comunidades Europeias e o próprio Conselho da Europa.

A palavra de ordem aqui é a de inventariar todas as possibilidades existentes, disponibilizar técnicos portugueses, fazer apelo a empresas nacionais na elaboração ou concretização de projectos.

É nossa convicção que o campo pode ser fértil, especialmente quando a intenção (já parcialmente conseguida) de articulação de esforços entre todos os países de língua portuguesa se verificar plenamente.

É assim que as nossas representações junto desses organismos promoverão sinergeticamente o grupo de língua portuguesa, disponibilizarão recursos humanos e apoiarão cada um dos países em tudo o que estiver ao seu alcance.

Outro esquema a desenvolver será o da cooperação tripartida envolvendo um terceiro país sempre que tal for julgado conveniente e vantajoso para a cooperação de Portugal. Aqui, porém, não há regras gerais e cada caso terá que ser analisado nos seus próprios méritos.

Uma coisa é certa e deve ser referida: o Governo português tem sido abordado por Governos de outros países que desejam a participação ou o conselho de Portugal em esquemas de cooperação com as nossas ex-colónias. Trata-se de um bom indício, importa que nos constituamos em catalizador e não em bloqueador das acções ou em mero espectador despeitado.

Comunidades Portuguesas

No que para trás se deixa dito, fácil se torna perceber a importância de vectores co-correnciais:

- A vertente Euro-Atlântica.
- A universalidade do modo de ser e estar português.
- As virtualidades do Homem Português.
- O sentido de Pátria bem vincado e único do espaço português.

Sem pretender fazer um bosquejo histórico das razões que desde sempre nos empurraram para fora deste rectângulo ou do triângulo português, o certo é que fomos espalhando pelos quatro cantos do mundo comunidades portuguesas, ou melhor, de portugueses.

No passado designámo-los por emigrantes e neles louvámos as divisas — preciosas — que iam enviando como aforro para Portugal.

Hoje encaramo-los menos como geradores de divisas mas como verdadeiros embaixadores de Portugal, de um Portugal trabalhador e que quer vencer, e acolhêmo-los como sementes de desenvolvimento para a terra-mãe.

Importa, porém, que saibamos, à semelhança de outras comunidades, organizar os luso-descendentes para que possam mais facilmente fazer vingar os seus anseios e legítimos direitos para que, como força organizada, tenham influência na política dos países de acolhimento.

Também a existência destas comunidades, disseminadas um pouco por todo o lado, constitui e mais constituirá, no futuro, uma vantagem comparativa de Portugal que não deve ser desprezada.

Uma vez mais, agora através das nossas Comunidades, Portugal tem ocasião para promover o encontro e a simbiose de Povos e de Culturas.

Daí a importância pelo Governo atribuída à política para com as Comunidades, a preparação dos instrumentos novos que hão-de a curto prazo permitir uma mais consistente difusão da nossa língua e da nossa cultura, procurando captar as segundas e terceiras gerações para a ideia do Portugal novo, com base numa história rica e cheia de legítimas esperanças no futuro.

Neste Portugal de Comunidades cabem todos, mas para que a terra-mãe lhes não seja uma vez mais madrastra, importa conferir-lhes o estatuto social e político a que, na linha do que disse, têm direito.

Chamá-los a participar neste novo salto de Portugal para a modernidade, como empreendedores com provas dadas, como parceiros bem-vindos, eis uma tarefa que transcende ideologias, que ultrapassa Governos e se deve assumir como tarefa consensual do nosso todo.

Timor

Deixei propositadamente para esta altura a referência a um espinho cravado no optimismo com que me venho referindo à nossa política externa. Refiro-me a Timor onde uma população que viveu durante séculos à sombra

da bandeira portuguesa, imbuída de uma cultura e de uma religião singulares, se vê hoje impedida de exceder o seu legítimo direito à autodeterminação e onde os direitos humanos são continuamente espezinhados.

Timor, onde o Direito Internacional e os direitos humanos parecem por vezes incómodos face à vontade de alguns países com responsabilidades que optam por uma convivência de conveniência com a Indonésia — grande potência local e parceiro comercial com importância.

Portugal espera que o mandato conferido ao Secretário-Geral das Nações Unidas para encontrar uma solução justa e internacionalmente aceitável, designadamente à luz da Carta das Nações Unidas e das Resoluções 1514 e 1541, possa ser cumprido. Mas tal não poderá significar o abdicar dos princípios fundamentais por que nos guiamos: livre escolha do seu destino pelos timorenses e garantias da preservação dos seus valores culturais, étnicos e religiosos.

Continuamos a chamar a atenção para a situação em Timor, particularmente nos «fora» internacionais a que temos acesso, e bem recentemente na Comissão dos Direitos Humanos (CDH) em Genève, tornando-nos incómodos, se for caso disso, mas na convicção de que a força da nossa razão não se pode vergar à razão da força.

Trata-se de uma causa de todos, de todos quantos respeitam os princípios da liberdade, da democracia e dos direitos do homem.

Por isso não desistiremos!

FECHO

É manifestamente impossível tratar aqui e agora a totalidade dos assuntos que ocupam a nossa atenção em matéria de relações externas, ou, sequer, aprofundar devidamente os que foram abordados.

Assim sendo, procurei na minha exposição um duplo objectivo: focalizar os capítulos mais candentes e, em paralelo, ir delineando a estratégia de fundo do Governo.

Julgo — sem imodéstia — que a acção do Governo tem sido esclarecida e consistente e, mais do que isso, tem sido eficaz como o demonstraram inequivocamente os resultados alcançados em seis meses nos «dossiers» principais: CEE, NATO, ÁFRICA, ESPANHA, TIMOR, MACAU e COMUNIDADES.

Rejeito por isso, vigorosamente, algumas críticas que, imbuídas de claro sentido partidário, têm procurado enfraquecer ou diminuir a acção do Governo, seja em África, seja com a Espanha, CEE ou NATO.

Não fora o prejuízo para a acção externa do Estado que podem induzir, nem valeria a pena referi-las, tal o ridículo com que o tempo acaba por as cobrir.

Mas desiludam-se todos quantos pensam conseguir minar a determinação do Governo, e em particular na área que mais me concerne.

Somos pelo diálogo sério e construtivo em prol do interesse nacional, e temo-lo provado em várias instâncias.

Mas não hesitaremos em denunciar a crítica menos séria ou a que apenas nos critica por estarmos a cumprir o nosso Programa do Governo e não o programa de pequenas oposições.

Ao êxito fugaz continuaremos a preferir a eficácia. Ao sentido partidário o sentido de Estado!

Porque só assim seremos dignos deste Portugal apaixonante!

João de Deus Pinheiro
Ministro dos Negócios Estrangeiros